

LUIS SÁ

— EM MEMÓRIA

João Bettencourt da Câmara

Confiou-me a Universidade Lusófona a honra de redigir uma memória sobre o Doutor Luís Sá, que aqui serviu com a qualidade e inteireza de carácter, a dedicação generosa, a eficiência discreta e a extraordinária capacidade de trabalho, com que soube enfrentar e concertar os múltiplos e simultâneos desafios que, *ars longa*, foi aceitando ao longo da sua existência – na academia, na política, na gestão, na vida.

Ars longa, vita brevis. Breve vida, na verdade: Luís Sá morreu subitamente aos 47 anos, em 15 de Outubro de 1999, fazendo jus ao dito de Menandro, lembrado, na altura, pelo Professor Narana Coissoró, de que os deuses chamam mais cedo aqueles a quem mais amam. Deixando-nos a todos mais pobres, especialmente àqueles que somam à saudade devida a um homem bom e a um académico distinto, a perda irreparável de um grande amigo. Capaz da mais dadivosa das amizades e cada vez mais rendido ao amor do saber e ao amor que esse amor produz, Luís Sá ilustrava, ele mesmo, aquilo que de outros julgava poder concluir – que, como escreveu, “as qualidades e a riqueza humana e moral e a abertura de espírito na procura do conhecimento podem transcender outras diferenças”. Referia-se aqui muito em particular a diferenças políticas que assim subordinava, no plano das relações e dos afectos, aos valores maiores da amizade e das inteligências que saudavelmente convivem e se comunicam. Subordinação do secundário ao axial, sem sacrifício de coerência nem de lealdades devidas noutras sedes e que com aparente tranquilidade soube sempre honrar, até esse fim da vida, que chegou, inesperado e brutal, em meio dela.

Luís (M. S. Viana de) Sá nasceu em 1952 no Lubango, em Angola. Licenciou-se pela Faculdade de Direito de Lisboa (FDL), onde chegou a ser monitor (1974-1975) e fez – em ambos os casos com a mais alta classificação, obtida por unanimidade – o mestrado em Ciência Política (1993) e o doutoramento (1997) em Ciências Sociais (especialidade de Ciência Política), no ISCSP, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade Técnica de Lisboa. Luís Sá manteve sempre um laço de particular apreço para com estas suas duas Escolas. Para com a FDL, por “bases indispensáveis que, nem por as procurar desenvolver noutras direcções, renegam a sua origem.” Para com o ISCSP, “verdadeira encruzilhada de saberes na área das ciências sociais”, por lhe ter proporcionado “o clima intelectual propício ao trabalho científico”. Esta fidelidade às instituições, preservou-a sempre Luís Sá, contra ventos e marés, na sua vida académica e política, apesar das tensões, incomodidades e desgostos que daí, não raro, colheu. Tive o privilégio de o ter como aluno do mestrado e, depois, de fazer parte do júri das suas provas de doutoramento; mais tarde, pude conviver com ele, como amigo e na sua qualidade de professor de cursos que dirijo; em todos os casos o vi estimado e respeitado pelos colegas, pelos estudantes, e por quem o avaliou nas suas provas. Sério e rigoroso, imensamente trabalhador, sólido conhecedor das matérias em que se especializara, sempre cortês, afável e tolerante, sempre pronto a uma ajuda ou a uma palavra de amizade ou estímulo, sempre aberto a conselhos ou suges-

tões que, de resto, amiúde procurava, com uma humildade alta de homem e de académico, que se sabe condenado a uma eternidade de dúvidas e de ignorâncias.

Mas Luís Sá não foi só um académico, conseguindo conciliar uma vida universitária absorvente, com uma actividade política e partidária intensa, envolvendo, desde cedo, consideráveis responsabilidades. Foi adjunto de ministros em três governos, entre 1975 e 1976; Membro da Comissão Nacional de Eleições entre 1977 e 1987; Deputado à Assembleia da República em 1991-92, em 1993, e a partir de 1994, ano em que foi Deputado do Parlamento Europeu. Membro destacado do Partido Comunista Português, voltaria a ser Deputado na presente legislatura, além de continuar a exercer as actividades correspondentes aos pelouros que lhe tinham sido atribuídos no âmbito do PCP. De novo, e independentemente da sua filiação política, a personalidade e qualidades pessoais de Luís Sá permitiram-lhe granjear o respeito e amizade de figuras destacadas de todos os quadrantes. Dois dos mais eloquentes e emocionados testemunhos públicos, aquando da sua morte, ouviram-se da boca dos Professores Adriano Moreira e Narana Coissoró que sempre o acompanharam e apoiaram na sua carreira académica.

De resto, política activa e actividade académica complementavam-se de maneira profícua nos campos de interesses de Luís Sá, como a sua principal bibliografia sugere: *Introdução à Teoria do Estado* (Lisboa: Caminho, 1986); *Soberania e Integração na CEE* (*idem*, 1987); *Regiões Administrativas: o Poder Local que Falta* (*idem*, 1989); *Razões do Poder Local* (*idem*, 1991); *Eleições e Igualdade de Oportunidades* (*idem*, 1992); *Grupos de Pressão e de Interesse na Assembleia da República* (sep. *Estudos Políticos e Sociais*, ISCSP [1993]; *As Regiões, a Europa e a Coesão Económica e Social* (Lisboa: Cosmos, 1995); *O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político* (Lisboa: Caminho, 1995); e *A Crise das Fronteiras – Estado, Administração Pública e União Europeia* (Lisboa: Cosmos, 1997), a que se seguirá *O Problema do Ambiente – Estado, Administração Pública e União Europeia*. À parte a consistência temática da obra de Luís Sá – em que não se deve perder de vista os muitos artigos que dedicou à exploração de aspectos específicos ou novos dos problemas que lhe solicitavam o engenho – há-de notar-se que quase todas as publicações, a partir de 1991 estão ligadas a trabalho puramente académico do mestrado (*Eleições e Igualdade...* e *O Lugar da Assembleia...*) ou do doutoramento, a que correspondem os dois últimos volumes, que representam talvez o melhor da produção deixada pelo autor, numa coerente visão analítica e de síntese dos extensos interesses presentes nas obras anteriores. Entre manuais e outros escritos avulsos, Luís Sá, quando nos deixou, estava a ultimar um estudo de fundo sobre o funcionalismo português, cuja publicação chegou a estar anunciada, mas que provavelmente ficará adormecido no seu espólio, a menos que mão oportuna o venha recuperar e completar. Em todos estes escritos verifica-se a fertilização da experiência académica pela experiência política de Luís Sá, no

partido, na área da Administração Pública, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, com óbvias vantagens para a relevância e qualidade da investigação desenvolvida.

A dissertação de doutoramento, em especial, além da sua originalidade, abre um vasto leque de pistas que merecem pesquisa e desenvolvimento adicionais. Com efeito, o objecto da dissertação é o estudo das relações e intersecções, em termos de decisão política, entre Estado, Administração Pública e União Europeia, com referência particular a Portugal e com uma “aplicação de caso” à questão do Ambiente, de que o volume ainda não publicado se ocupa.

Apesar de reconhecer o papel fundamental que o Estado continua a desempenhar e a autonomia que se lhe deve reconhecer como lugar privilegiado do exercício do poder político, Luís Sá observa que tanto aquele, como o sistema político e o Poder “(...) se cruzam e interpenetram com outros poderes noutros escalões, acima e abaixo de si mesmos, num processo que se caracteriza por uma crescente complexidade global e que retira ao Estado qualquer pretensão de poder ser o objecto exclusivo de investigação.” Este problema, que está no cerne da dissertação, leva o autor a reconsiderar e a questionar o conceito tradicional de Estado, mas, também, o dos “escalões” que lhe estão “acima”, caso da União Europeia, e “abaixo”, caso da Administração Pública e outras entidades (como, por exemplo, os partidos, as empresas, os grupos de pressão – especialmente relevantes para o caso do Ambiente, etc.). Neste contexto, a própria UE ganha um estatuto intermédio, apresentando-se investida dos atributos daquilo a que tradicionalmente se chama “assuntos internos” e “assuntos externos”, para fins de análise e intervenção. As complexidades inerentes a este tipo de aproximação levam por vezes Luís Sá a uma certa indecisão no argumento, mas trata-se de uma indecisão que busca (e geralmente encontra) soluções conceptuais viáveis e não do titubear de quem se perdeu pelo caminho.

Muito pelo contrário, o desenrolar da dissertação só contribui para pôr em evidência o vigor, consistência e discernimento do autor, o que não é o menos, dada a extensão do percurso e a variedade dos temas que sucessivamente o vão ocupando e que o levam a estreitar a tradicional distância entre ciência política e relações internacionais, no tratamento de rubricas tão importantes como a soberania, a nação, o nacionalismo, o sistema político, o sistema de governo, as relações entre poder político e poder administrativo, a cidadania, etc.. O próprio tratamento dado ao tema do ambiente é revelador de uma visão deliberadamente aberta e não reducionista, em que cabem aspectos relativos à qualidade e conservação da vida, aos efeitos da questão ambiental sobre os fenómenos políticos e sua morfologia, ao conceito tradicional de “recursos nacionais”, às novas formas de intervenção da opinião pública na cena política nacional e internacional – o que não fica prejudicado pelo facto de esta análise se concentrar no período 1991-1993, que, afinal, foi o da aplicação do Acto Único, do tratado de Maastricht, da preparação do mercado único europeu e da presidência portuguesa do

Conselho da Comunidade. Nota-se, mais uma vez, ao longo do trabalho a experiência não só académica mas também pública do autor, que teve ocasião de estudar directamente o objecto de que trata e de até nele participar, como deputado e no desempenho de funções directamente ligadas aos temas do ambiente e do poder local. E espera-se que, ainda este ano, vários dos problemas que levantou venham a ser alvo de estudos específicos dos alunos do mestrado em Ciência Política da Universidade Lusófona, numa merecida homenagem ao académico e ao professor.

De facto, a morte impediu Luís Sá de ver os primeiros frutos da obra que construíra nesta Universidade. Por um lado, o arranque do mestrado em Ciência Política, por si concebido e de que era director; por outro, os trabalhos da "Sonda Lusófona – Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Lusófona", que criara e dirigia e que, em homenagem maior da ULHT, anunciada logo em 17 de Outubro, "passará a acrescentar a esta designação o nome do Professor Doutor Luís Sá." (*DN*, 17.X.1999). Nesse mesmo texto, a Lusófona lamentava a perda de um professor "ilustre e querido" e agradecia "o seu inestimável contributo para que esta Universidade cumpra o seu projecto de uma Escola de Excelência e de Democracia, em ordem ao desenvolvimento de todos os Espaços do Mundo Lusófono." Palavras e homenagens que, percebe-se, ultrapassam largamente os limites do convencional, revelando, de sob as palavras, a sentida emoção de quem, em nome de todos, as redigiu e pensou. De todos nós, que lembramos Luís Sá em vida e que continuaremos a sentir a sua morte como uma ausência maior.